

A HABITAÇÃO URBANA NA ÉPOCA MODERNA - MODOS DE HABITAR. A CIDADE DE VISEU COMO ESTUDO DE CASO

LILIANA ANDRADE DE MATOS E CASTILHO*

A CASA NOBRE

A Casa Nobre em Portugal, na Época Moderna, não se reveste da magnificência característica de outros países europeus, não sendo comuns entre nós verdadeiros palácios, se excetuarmos os da família real, mas tão só habitações de maiores dimensões, e com uma dinâmica interna mais complexa que, pelo seu volume e riqueza decorativa, se destacam das demais. A sua especificidade funcional tende a aumentar ao longo da Época Moderna, verificando-se uma maior especialização dos espaços no século XVIII em comparação com o século XVI, e o gosto estético corresponde naturalmente ao da época de construção, mas as principais características são comuns a todo o período.

Exemplar da singeleza com que o conceito era aplicado à época é a «Lei acerca da divisão e união dos prédios, e acerca dos encravados», datada de 1775. Segundo esta ordenação deveriam ser consideradas casas nobres:

Primo, os palácios de prospecto decoroso, e notória nobreza: secundo, os edifícios que na contiguidade de outros tiverem para as ruas nos prospectos seis janellas de frente em hum só andar, e dahi para sima: tertio as que forem isladas,

* IPV/CITCEM. licastilho@sapo.pt.

*ou pertencerem a pessoas, que na totalidade delias tenham três partes de quatro pelo menos*¹.

Esta definição permite igualmente apurar a diferenciação entre os grandes solares e construções isoladas, que se impõem mais claramente pela sua implantação no terreno e pelo desenho da sua planta e, as construções inseridas na malha urbana da cidade, que se distinguem sobretudo pelas dimensões da sua fachada bastando, para o reconhecimento do seu estatuto, que a mesma tivesse mais de seis janelas por andar.

A evolução da planimetria processou-se pelo desenvolvimento dos modelos medievais e por algumas incorporações de modelos estrangeiros, introduzidos já no século XVII, como a planta em «U»², sem que, no entanto, esses arquétipos tenham encontrado um grande sucesso na casa urbana devido às limitações decorrentes da sua implantação. Com efeito, o respeito pela linearidade dos arruamentos, que muitas vezes ajudam a definir, e o pouco espaço disponível no interior da urbe vão ditar a configuração longitudinal destas habitações³. Pelo mesmo motivo assistimos, nas casas nobres inseridas na malha da cidade, ao retraimento da escadaria para o interior do edifício furtando as fachadas a esse dinâmico elemento, tão caro à Casa Nobre barroca.

Ainda que o termo «Casa Nobre» possa abarcar um conjunto mais vasto ou restrito de habitações, de acordo com a interpretação mais ou menos lata que se faça do mesmo, para o nosso estudo, cabem sob esta designação não só os edifícios pertença e encomenda de famílias nobres, mas de igual modo os edifícios que pelas suas dimensões e qualidade da sua fábrica se distingam da massa anónima da habitação corrente.

Em termos formais caracterizam-se pelo tamanho superior do lote que ocupam, ou muitas vezes pela agregação de vários lotes, pertença de diversas pessoas jurídicas, num mesmo edifício e, pela criação de longas fachadas não só funcionais, mas igualmente decorativas e simbólicas na sua afirmação de poder familiar atestada, no caso da nobreza, pela coroação com o brasão da família.

A própria documentação é perentória do reconhecimento, à época, do estatuto distinto que revestia estas habitações surgindo frequentemente expressões como «casas grandes e nobres»⁴, elucidativas quer das suas características formais quer das suas características sociais.

¹ SILVA, 1829: 678-684. Embora esta lei não tivesse aplicação direta em todo o país, mas tão só em Lisboa, Leiria, Santarém, Tomar, Abrantes e Setúbal, localidades onde se concentravam os esforços de reedificação após o terramoto de 1755, permite uma relativa extrapolação para o resto do país em termos de definição do conceito.

² AZEVEDO, 1988: 57.

³ RODRIGUES, 1995: 158.

⁴ ADV – *Fundo do Cabido*, prazos, lv. 480/33, fls. 106. A designação de «casas grandes» para descrever as habitações da nobreza e da burguesia rica é comum a outras cidades do país (FERNANDES, 2006: 111).

Ao nível exterior, para lá das características formais e decorativas de que se reveste, a Casa Nobre marca indelevelmente a paisagem através das dimensões da sua fachada, como já se indicou já. A extensa ocupação do solo ao nível da rua era reveladora de um elevado poder económico, uma vez que se tratava do espaço mais caro e cobiçado, e normalmente associada a uma reduzida exploração em altura, o que reforçava igualmente a sensação de desafogo económico.

Falando da Casa Nobre na Época Moderna não se pode encarar a realidade abrangida como um todo uniforme, mas tão pouco se podem indicar marcos cronológicos estanques que correspondam a diferentes formas de habitar ou construir. O tipo de habitações que encontramos no século XVI, e as características identificadoras do seu estatuto social, tendem a prolongar-se pelo século XVII e alguns elementos de origem ainda medieval, como as casas/torres são identificáveis ainda no século XVIII.

As casas nobres da Época Moderna na cidade de Viseu, maioritariamente datadas do século XVIII, vão de encontro à definição de Joaquim Jaime Ferreira Alves, segundo a qual a Casa Nobre deste período é caracterizada exteriormente pelo:

esforço arquitectónico e decorativo concentrado na Fachada, no desenvolvimento horizontal, criando longas fachadas, articuladas com pilastras lisas pouco salientes, e acentuadas, sobre os telhados, por ornatos (urnas, fogaréus e pináculos); na existência de um piso dominante, o andar nobre, com janelas quase sempre mais ricas do que no andar térreo, na acentuação da linha superior do edifício (emprego de frontões); na importância da entrada nobre, enriquecida com colunas e pilastras, sustentando balcão com o parapeito ou simples grade, continuada por uma janela central de tipo mais rico e rematada pelo brasão de armas da família, criando-se assim um eixo vertical que divide a fachada em duas zonas iguais⁵.

Como característica local saliente-se a total inexistência de balcões ou janelas com grade para a rua. Nos exemplares remanescentes, a janela sobre a entrada nobre, realçada por um maior labor decorativo, cose-se com a mesma, criando um elemento arquitetónico contínuo, mas sem características de balcão ou janela de sacada.

As fachadas primam pela horizontalidade, verificando-se a existência de elementos verticais sobre os telhados (fogaréus e pináculos), apenas para assinalar a presença de capelas particulares, destacando-as assim do restante alçado do edifício, como no caso do Solar dos Condes de Prime.

⁵ ALVES, 2005: 16-18.

Apesar da contenção volumétrica assiste-se a uma maior preocupação com a regularidade das aberturas e com o cuidado posto no seu desenho, revelando a importância, e a divulgação, dos tratados de arquitetura contemporâneos.

Para além das suas dimensões e do cuidado estético posto na sua traça as fachadas das casas nobres destacavam-se das restantes igualmente pelos materiais e técnicas com que eram construídas. Obrigatoriamente em pedra, não se encontrando qualquer referência a tijolo ou taipa na sua execução, o tipo de pedra e a sua origem era cuidadosamente referido nos contratos de obras visando assim garantir a qualidade da construção. Igualmente ao nível do interior se nota um maior cuidado com a escolha dos materiais e com o rigor da sua utilização, nomeadamente ao nível dos revestimentos sendo que quase todas as divisões são forradas e inclusive algumas delas apresentam pinturas decorativas ou trabalhos de madeira mais complexos.

Se atentarmos, no entanto, na descrição do arquiteto José Manoel de Carvalho e Negreiros, datada de finais do século XVIII, da habitação adequada a um nobre verificamos que não existe, para a cidade de Viseu, nenhuma Casa Nobre que obedeça a este formulário:

Para a habitação de hu nobre cazado

Plano térreo: Logea de entrada escada principal cavallariça, cochieiras, armazéns, quartos para Bolieiros e mais moços de despenças, e despejos, cozinha quarto para o cozinheiro, escadas particulares

Primeiros mezaninos: Palheiro, celleiro caza de arreios, quartos para criados graves p^a o escudeiro para o capellão, quartos para filhos maiores, e para o dono da caza os seguintes Antecâmara, gabinete, caza para a livraria, outra para archivo, outra grande para guarda roupa, e outra para despejos com chaminé

Plano Nobre: Sala de espera, antecâmara, sala de visitas, gabinete, toucador, oratório ou tribuna para a ermida, caza de jantar, câmara, guarda roupa com chaminé, caza de lavor, despejos

Ultimos Mezaninos: Quartos para filhas, para creadas, para os filhos the idade de cinco annos caza de roda, cozinha para engomar proporcionada despejos⁶.

⁶ NEGREIROS, José Manoel de Carvalho e – *Aditamento ao livro intitulado Jornada pelo Tejo que foi ofo a S A Real o Príncipe Nosso Senhor que Deus guarde em o anno de 1792-1797*. Acessível na Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. Códice 3758-62, fls. 90 a 94.

No entanto, a uma escala obviamente menor, a divisão funcional por pisos, a sua especificidade e o surgimento de divisões inexistentes nos séculos anteriores, como a sala de visitas ou dos assentos⁷, remetem-nos para consentâneas formas de habitar.

Desenvolvendo-se em largura e profundidade e não em altura as divisões organizavam-se então por dois pisos, o térreo e o nobre. Entrando pela porta principal acedia-se normalmente a um pátio, mais ou menos enobrecido, através do qual se fazia a distribuição ao andar nobre, através de escadaria adossada a um dos corpos, e às demais dependências do piso térreo. Muitas vezes estes pátios podiam ser atravessados por carruagens sendo aí que os seus ocupantes se apeavam.

No piso inferior ficavam situadas as lojas e demais divisões funcionais, com um maior ou menor grau de especialização em função do estatuto do seu detentor. Normalmente a casa nobre dispunha de uma adega e um celeiro ou tulha, para além de outros espaços mais ou menos especializados, onde eram armazenados e tratados os géneros alimentares provenientes das terras dos proprietários, revelando assim uma relativa autossuficiência comum às habitações da nobreza europeia⁸.

A cozinha situava-se frequentemente no seguimento destas divisões possibilitando o fácil acesso aos géneros alimentícios e evitando a contaminação do andar nobre com fumos e cheiros indesejáveis. Nas casas nobres viseenses, esta divisão situava-se quase sempre (encontramos apenas uma exceção) no piso térreo, ao contrário do que aparentemente sucede para outras cidades portuguesas no mesmo período, em que é referida como situando-se no primeiro sobrado⁹.

Localizava-se igualmente neste piso a estrebaria ou cocheira, divisão obrigatória nas casas da elite e reveladora da circulação dos seus ocupantes em coches ou a cavalo, e correspondente poder económico e estatuto social. Para além destas divisões existiam neste piso outras lojas e repartimentos, de funções não identificadas, e acomodações para os criados do sexo masculino, principalmente quando ligados ao serviço das cocheiras.

A ligação entre o piso térreo, destinado às ocupações menos nobres, e o piso principal era sempre estabelecida através de uma escadaria, de aparato ou estritamente de carácter funcional. A escadaria principal, com funções operantes mas igualmente decorativas, partia do pátio interior, para onde havia sido transferida pela falta de espaço no meio urbano para a localização no exterior do edifício, e dava acesso ao piso nobre. Elemento comparativamente pouco valorizado no Renascimento, a sua presença, e o cuidado posto na sua execução, vai sendo aumentada ao longo da centúria de seiscentos para atingir o auge no século XVIII.

⁷ «nesta salla que de presente serve de cadeiras e de visitas» (ADV – *Fundo do Cabido*, prazos, lv. 481/34, fl.146).

⁸ SARTI, 2001: 139.

⁹ FERNANDES, 2006: 140.

Os rituais e a teatralidade tão caros à Época Barroca encontravam neste elemento amplo espaço de realização. Apesar de, no nosso objeto de estudo, não encontrarmos nenhuma escadaria exterior ao edifício nem por isso o seu carácter de aparato é diminuído constituindo sempre o meio de elevação, quer dos habitantes quer dos visitantes, a um espaço superior, mais importante e privado e claramente de acesso restrito.

A escadaria principal desembocava normalmente num patim, varanda ou pátio superior, que constituía uma espécie de antecâmara do espaço privado propriamente dito. Estes elementos, pátio, escada e patim, não eram considerados espaços exteriores nem interiores, mas uma espécie de espaço de charneira entre ambos, para eles abrindo muitas vezes as portas e janelas das divisões circundantes.

Esta distribuição espacial é bastante clara na descrição da casa de Francisco Coelho Souto Maior, situada na rua de Cimo de Vila, datada 1731:

Do pateo se sobe por huma escada de cantaria que faz no cimo pateo em o qual estam três portas huma que vai para huma sala grande que he a do meio e a da banda da mão direita entra para o corredor e a da esquerda da entrada para huma salla que serve de vesitas¹⁰.

No piso nobre situavam-se as divisões utilizadas pelo dono da casa e sua família, quer as salas mais opulentas, destinadas a nobilitar os moradores face aos visitantes, quer as divisões de uso mais privado onde poucos tinham o privilégio de penetrar.

A divisão principal do piso nobre era a sala, muitas vezes acumulando a função de sala de estar, sala de visitas e sala de jantar. Essa multiplicidade de funções transparece claramente da definição de Bluteau:

Casa anterior e espaçosa, assim chamada do hebraico sala, que vai o mesmo que descançar, porque na sala se costuma descançar & esperar ate que venha a pessoa, com quem se hade fallar [...] ou salla se chama assim porque de seu quarto sahe a ella o senhor da casa a fallar, ou porque em dias de banquete, & festas algumas vezes se salta & dança¹¹.

Sendo esta designação comum a toda a Época Moderna, a partir do século XVIII verifica-se, na documentação compilada para a cidade de Viseu, uma maior especificação da terminologia utilizada surgindo várias salas sob designações diferentes como sala de cadeiras ou sala de visitas¹².

¹⁰ ADV – *Fundo do Cabido*, prazos, lv. 480/33, fls. 105 a 108v.

¹¹ BLUTEAU, 1712-1728: 440.

¹² «e a da esquerda da entrada para huma salla que serve de vesitas» (ADV – *Fundo do Cabido*, prazos, lv. 480/33, fls. 105 a 108v).

Para além da sala também a câmara era uma das divisões essenciais numa habitação surgindo definida por Bluteau como «a casa em que se dorme»¹³ outras atividades eram certamente exercidas nestes espaços, bem como o exercício de dormir praticado noutros. A designação «camera», embora frequentemente associada a espaços de dormir, não era disso sinónimo, surgindo-nos espaços designados por esse vocábulo que pela abundância de serventias fazem desconfiar dessa utilização e, por outro lado documentos em que a especificação de «hua camera que serve de dormir»¹⁴ na elencação de várias outras, sugere também a duplicidade de utilização.

Outros espaços poderiam servir igualmente para dormir surgindo frequentemente, na documentação, a presença de alcovas nas diversas salas¹⁵ e ainda expressões como camarinhas ou camarotes designando igualmente espaços de descanso. As formas de habitar vão assim sofrendo alterações multiplicando-se as divisões destinadas à intimidade, ainda que relativa, como as câmaras, e as divisões destinadas às necessidades corporais como as retretes e necessárias.

As retretes, pouco abundantes no século XVI, surgindo apenas uma referência a essa divisão¹⁶ na cidade de Viseu, vão multiplicar-se nos séculos seguintes. Apesar de na bibliografia consultada serem frequentemente descritas como raras ainda nos séculos XVII e XVIII¹⁷ não é essa, no que concerne à habitação nobre, a realidade visense, surgindo, nestas centúrias, em todas as habitações referências a retretes, necessárias e despejos e às vezes até a todos eles na mesma habitação¹⁸.

De acordo com Bluteau retrete é «aposeno pequeno e recolhido na parte mais secreta e recolhida da casa [...] onde se fazem as necessidades da natureza»¹⁹ podendo ter equivalência funcional nas necessárias, «lugar para as necessidades do corpo»²⁰. Os dois vocábulos não são, no entanto, unívocos e surgem numa mesma habitação para designar espaços diversos.

Exemplar disso é o emprazamento feito a João de Almeida Loureiro, Arcediago, em 1636 de umas casas na rua da Regueira, que referencia a ambos os espaços:

logo alem desta camera tem hum retretezinha que tem três varas de cumprido e vara e quarta de larguo [...] tem hum quintalinho a modo de despejo que me-

¹³ BLUTEAU, 1712-1728: 68.

¹⁴ ADV – *Fundo do Cabido*, prazos, lv. 442/18, fls. 28v.

¹⁵ «e nesta salla esta loguo huma alcova comprida que tem dois portais postos em taipa que botam para a mesma salla» (ADV – *Fundo do Cabido*, prazos, lv. 480/33, fls. 2 a 6).

¹⁶ CASTILHO, 2009: 172.

¹⁷ OLIVAL, 2010: 263; FERNANDES, 2006:139.

¹⁸ CASTILHO, 2012.

¹⁹ BLUTEAU, 1712-1728: 308.

²⁰ BLUTEAU, 1712-1728: 695.

*dindo destas casas para as que forão de João Mendes Tomás tem de cumprido seis varas e de larguo cinco e meã neste quintalinho esta hua varanda que he serventia para hua necessária a qual necessária tem de cumprido três varas e huma e meã de larguo*²¹.

O termo *retrete* descreveria assim um aposento onde se encontraria a peça de mobiliário de mesmo nome, sobre uma bacia, que os empregados da casa se encarregariam de despejar depois de utilizada, já a necessária era um aposento situado frequentemente numa varanda sobre o quintal, ou sobre uma loja com acesso ao mesmo, para onde os dejetos vazavam. Para além destes surge ainda o vocábulo *despejos* de utilização mais lata e que parece incluir também os desperdícios da cozinha.

Para além das divisões consideradas nobres, ou pelo menos usadas pelas pessoas nobres que habitavam o imóvel, existiam outras divisões estritamente funcionais e reservadas aos criados. Os criados do sexo masculino, como já vimos, dormiam normalmente no piso térreo, já as criadas do sexo feminino era frequente dormirem no piso nobre, embora em zonas pouco notáveis do mesmo, ou nas águas furtadas. Surgem igualmente dependências de carácter obscuro designadas por *serventias* e *escadas* e *corredores de serviço* que visavam a execução do serviço doméstico sem necessidade de atravessar os principais aposentos da casa.

A religiosidade, pública e particular, era omnipresente na sociedade moderna vertendo logicamente para a forma de habitar e construir. As casas nobres, na sua notação da presença do sagrado, podiam adotar três estratégias distintas, a construção de capelas particulares anexas à casa, a presença de oratórios de carácter estrutural no seu interior e a existência de altares portáteis que podiam ser armados nas salas ou câmaras. Estas estratégias implicavam claramente disponibilidades económicas diversas.

Também o espaço exterior conheceu, ao longo da Época Moderna, profundas alterações na sua utilização. Espaço originalmente utilitário, reserva de salubridade no interior dos lotes, a partir do século XVI assiste-se a uma crescente valorização da natureza como elemento de recreio e fruição. Quando a condição económica dos seus habitantes permite que o espaço vazio, normalmente na parte posterior do lote, possa ser furtado às atividades produtivas esse mesmo espaço metamorfoseia-se, através do recurso a elementos arquitetónicos e vegetalistas, em jardim e espaço de lazer.

Estas construções de lazer podem ir do simples quintal murado, com um poial em torno de uma laranjeira, e ornamentado de roseiras até estruturas vastas e elaboradas.

²¹ ADV – *Fundo do Cabido*, prazos, lv. 442/18, fls. 6 a 10.

A água é quase sempre um elemento definidor do espaço evoluindo, nas casas de maior requinte, do simples poço ornamentado até à fonte, situada normalmente no centro de um pátio lajeado e rodeada por vegetação. Estes jardins encontravam-se muitas vezes ligados ao piso nobre da habitação através de uma escadaria exterior de pedra que desembocava numa varanda ou patim. Exemplar dessa realidade é o jardim mandado construir por João de Almeida, Arcediago, na sua casa da rua da Regueira, no início do século XVII:

Tem hum quintal grande com muitas arvores de fruto e outras sem fruto de ornato e tem hua fonte de pedra lavrada com seu pateo ladrilhado ou lageado tãoobem de pedra lavrada [...] entrasse e sobesse do pateo para as casas per hua escada romana de cantaria com seu peitoril da mesma e no simo esta hum recebimento antes que entrem para a salla²².

O jardim funciona assim como um prolongamento da casa, fruível a partir do seu interior, criando vistas e enquadramentos paisagísticos para as salas de aparato, e enquanto espaço em si mesmo, proporcionando novas formas de recreio e sociabilidade.

A CASA CORRENTE

A designação «Casa Corrente» pretende agrupar sob uma mesma denominação realidades habitacionais sem dúvida diversas, mas que escapam, em última análise, ao universo já analisado da «Casa Nobre». Confluem aqui todas as residências que não sendo pertença de nobres, ou de tal maneira grandiosas que façam adivinhar a nobilitação, se perdem no vasto campo do anonimato, se a Casa Nobre era a exceção, a Casa Corrente, como o próprio nome indica, era a norma.

A sua força expressiva na definição da malha urbana prende-se precisamente não com a singularidade morfológica dos seus alçados, mas com o seu carácter repetitivo. Não constituindo elementos singulares e marcantes na paisagem urbana, compõem pela sua maioria numérica essa mesma paisagem.

Local de residência, mas muitas vezes também de exercício de uma atividade comercial, a arquitetura doméstica é sempre reflexo da realidade social do seu ocupante, seja ele detentor da propriedade ou apenas inquilino. Moldada, ao longo da época em análise, pelas subtis mudanças de paradigma social, sempre mais lentas e menos penetrantes nos extratos inferiores da sociedade, assistimos a um lento penetrar de novas estéticas e novas formas de habitabilidade, sem que, no entanto, as suas características intrínsecas sejam alteradas. Formalmente caracterizam-se

²² ADV – *Fundo do Cabido*, prazos, lv. 442/18, fls. 7 a 8v.

pelas suas menores dimensões, em termos de implantação no terreno e em termos globais e maior expressão em altura, face à Casa Nobre, e pela precaridade dos seus materiais de construção²³.

As dimensões da área habitacional e a sua orgânica vão sofrer alterações ao longo da Época Moderna verificando-se genericamente um aumento da área habitacional e uma multiplicação de divisões no interior da casa resultado de um crescimento em altura ou de uma expansão para o interior do lote.

Ao contrário da casa o lote tem tendência para permanecer estável ao longo do tempo²⁴ chegando muitas vezes até aos nossos dias, o que nos permite confrontar a documentação compilada com a realidade ainda existente. Se ao nível dos alçados e da divisão interna se verificaram profundas alterações, provocadas pelas necessidades habitacionais dos últimos séculos, a ocupação do solo vai manter grande parte das suas características.

De forma geralmente alongada e mais estreito na parte virada para a rua, o lote procura rentabilizar o espaço urbano, mais apetecível e oneroso²⁵ à face da via de circulação. Ao nível da largura o espaço do lote corresponde geralmente ao espaço da casa, o mesmo não acontecendo em relação ao comprimento, estando a parte posterior do mesmo, normalmente ocupada por quintais. Esta morfologia é comum entre as cidades portuguesas de origem medieval correspondendo a uma eficaz forma de aproveitamento do solo intramuros²⁶.

A realidade não é, no entanto, uniforme e tende, acima de tudo, a adaptar-se às possibilidades de implantação no terreno, nesse sentido, se há casos em que a área do lote é até seis vezes superior à área de implantação da casa, noutros exemplos o espaço ocupado pelo quintal é inferior ao da habitação. Entre o século XVI e o século XVIII as dimensões dos quintais, principalmente na cidade intramuros, tendem a diminuir em favor do aumento da área ocupada pela habitação.

Condicionada pelo lote em que se insere também a casa tende a ser alongada, projetando em profundidade a reduzida largura da fachada. A largura média da fachada é, para a cidade de Viseu, de quatro metros e meio, inserindo-se assim na média nacional²⁷.

A Casa Corrente, na cidade de Viseu, abrange em média uma área de setenta e três metros quadrados, ao nível da ocupação do solo, tendendo essa área a diminuir nas áreas mais centrais e a aumentar nas periféricas. Essa área, sem dúvida

²³ ROSSA, 1995: 254.

²⁴ ROSSI, 1977: 64.

²⁵ Essa constatação é possível através da análise do valor dos foros nos emprazamentos, a largura da fachada principal é sempre o indicador determinante, ao qual se segue a área de ocupação do solo e a área útil (multiplicação do espaço de implantação da casa pelo número de pisos).

²⁶ TRINDADE, 2002: 26-27; ANDRADE, 1990: 36; TEIXEIRA & VALLA, 1999: 33-35.

²⁷ TRINDADE, 2002: 32.

reduzida, era no entanto aumentada pelo recurso a sobreposição de pisos, uma vez que as casas terreiras à face da rua são praticamente inexistentes, ao contrário do que se verifica noutras cidades²⁸, resultando numa área habitacional efetiva duas, três, ou até quatro vezes superior.

Para além da expansão da área de implantação da habitação para o interior do lote, o aumento do número de pisos foi a solução mais frequente para aumentar o espaço habitacional disponível ao longo da Idade Moderna. Verificamos, assim, um aumento tendencialmente generalizado do número de sobrados, entre inícios do século XVI e finais do século XVIII e, conseqüentemente, do espaço para novas divisões no interior da casa.

O acrescento de um andar superior significava normalmente uma projeção sobre a rua através de sacadas e balcões apoiadas em estruturas de madeira fixas à parede do edifício ou em esteios. Solução frequente, que visava a ampliação do espaço habitacional, a construção de balcões e sacadas sobre a rua, resultava assim na aglutinação do espaço público ao privado. Solução tipicamente medieval²⁹ vai perdurar, um pouco por todo o país ao longo da Época Moderna, apesar das tentativas régias³⁰ e camarárias de uniformizar as fachadas e libertar o espaço da rua.

As suas dimensões vão variar, mas a solução mais frequente era acompanhar a totalidade da largura da fachada e terem uma profundidade que variava entre a meia vara e a vara, no caso das sacadas, e entre a vara e vara e meia no caso dos balcões. Não é possível comprovar, para a época em análise, a construção de raiz de estruturas deste género, correspondendo mais provavelmente a permanências que interessava, aos proprietários, perpetuar.

A Casa corrente da Época Moderna surge-nos assim, ao nível do exterior, tendencialmente regularizada, face à rua, mas com alguns ressaltos e projeções sobre a mesma prolongando no tempo alçados de caráter medieval. A maior alteração verificada, ao nível dos alçados, durante o período em análise, prende-se com o número de vãos que cada imóvel possui.

No século XVI a porta é normalmente a única abertura do andar inferior, surgindo, no entanto, já, por vezes, a solução de existir mais do que uma porta, quando na loja dianteira é exercida uma atividade profissional³¹. Essa solução vai-se multiplicar ao longo do século XVII para se tornar absoluta já no século XVIII. O acesso às lojas traseiras e, principalmente aos pisos superiores, espaços claramente privados, passa assim a ser feito por porta independente, normalmente de

²⁸ RODRIGUES, 1995: 147.

²⁹ Esta projeção sobre a rua, ocupando até um terço dela, estava contemplada na legislação medieval (*Livro das Posturas Antigas*. Ed. Maria Teresa de Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal, 1974, p. 107).

³⁰ CARITA, 1999: 149.

³¹ ADV – *Fundo do Cabido*, prazos, lv. 431/8, fls. 97 a 98v.

dimensões inferiores, que dava frequentemente acesso direto à escadaria que levava ao sobrado. A esta demarcação exterior correspondia uma separação interior, entre as lojas e o acesso ao piso de cima, realizada normalmente em materiais frágeis³².

As janelas, no século XVI reservadas para os pisos superiores e limitadas ao mínimo indispensável como forma de controlar a temperatura, mas também por questões de segurança, veem o seu número aumentar consideravelmente nas centúrias seguintes e estendem-se, ainda que esporadicamente, ao piso térreo. As janelas existentes neste piso eram normalmente designadas por janelas de botica, encontrando-se assim associadas, pelo menos na sua origem, à exploração comercial desse espaço.

As janelas dos pisos superiores, não só veem o seu número aumentar ao longo do século XVII, como é ampliada igualmente a sua importância na descrição das casas emprazadas, reveladora da importância que lhe era reconhecida na valorização do imóvel. Se no século XVI a referência se limitava muitas vezes à indicação de que a casa tinha uma janela para a rua, no século XVII é comum a indicação da divisão da casa em que se insere, do material em que é feita e da sua tipologia. Outro elemento anteriormente inexistente e que passa a surgir na documentação é a referência às vistas da habitação como elemento diferenciador.

No século XVIII vai assistir-se à manutenção do seu número por piso, correspondendo obviamente o acrescento de um novo piso à abertura de novos vãos, e ao seu nível de descrição na documentação. As janelas passam, neste período, a ser consideradas não só elementos estruturais que permitem a iluminação e o arejamento das habitações, mas igualmente como espaços de lazer e fruição do exterior, a partir do interior da habitação. As janelas de assentos e as varandas, que se vão multiplicar, são disso mesmo exemplo.

As crescentes necessidades de conforto e salubridade que ditaram o aumento do número de vãos vão igualmente impor a multiplicação das divisões no interior das habitações e a sua especialização funcional. No entanto a organização interior das habitações vai manter uma forma de crescimento orgânica, de raiz medieval, em que os espaços vão surgindo, de forma não planeada, como resposta às necessidades de abrigo, armazenamento ou atividade comercial e de acordo com as possibilidades económicas dos seus habitantes.

No caso de habitações com vários pisos o andar inferior era sempre ocupado por lojas podendo ser composto por uma só loja ou, mais frequentemente, dividido em vários espaços sendo comum o modelo de loja dianteira, muitas vezes transformada em local de exercício de atividade profissional, e loja traseira.

³² «tem hua porta por onde se servem piquena e outra grande pera as logeas he entre estas portas ambas vai hum repartimento de tavoado que vai tapando a serventia da casa ate chegar ao sobrado» (ADV – *Fundo do Cabido*, prazos, lv. 434/11, fls. 57v a 60).

Nos pisos superiores as divisões mais frequentes são as salas, cozinhas e câmaras que aparecem referidas em quase todos os prazos variando apenas o seu número. Esta divisão espacial básica é comum a toda a Época Moderna³³ verificando-se, no entanto, ao longo dos séculos XVII e XVIII, o aumento do número de divisões por habitação, aumento esse notório particularmente no número de câmaras e em divisões que respondiam claramente a novas noções de habitabilidade como os corredores ou as necessárias. A diferenciação dos vocábulos pelos quais as divisões são referidas acompanha, logicamente, o aumento da sua especialização havendo tendência ao desaparecimento, nos séculos XVII e XVIII, das divisões indiscriminadamente referidas como «casas», tão comuns na centúria de Quinhentos.

Nos edifícios de dois pisos, um sobrado, a cozinha é na maior parte dos casos a divisão do meio do piso superior, a sala a divisão que confronta com a rua e a(s) câmara(s) situam-se na parte mais reservada da casa, junto ao quintal³⁴. Nos imóveis de três ou mais pisos a cozinha situa-se normalmente no último quer para facilitar a saída dos fumos, numa época em que as chaminés não são ainda apanágio de todos, quer para reduzir os riscos de incêndio, no entanto a localização desta divisão no piso intermédio não é totalmente inexistente.

Para além destas divisões consideradas essenciais à época, quando as condições dos seus proprietários permitiam, ou exigiam, outras eram acrescentadas multiplicando o número de espaços e a sua função e aumentando claramente a privacidade no interior da habitação. Quando as divisões acrescentadas são de reduzidas dimensões surgem por vezes os diminutivos na sua designação como por exemplo «camarinha». Esporadicamente surgem referências a outras divisões da casa menos usuais, à época, na habitação corrente, como um despejo ou uma necessária que evidenciam já um elevado grau de preocupação com o conforto e higiene.

O universo da Casa Corrente, aqui tratado como um todo, corresponde na verdade a uma realidade vasta, que abrange circunstâncias sociais e económicas diversas e, como consequência disso, realidades habitacionais igualmente díspares. Algumas casas revelam-se assim de planta mais complexa, com maior número de divisões e soluções diferenciadas que, não as colocando acima do estatuto de «correntes», as diferencia de algum modo das restantes.

Contribuindo igualmente para a complexidade do quadro da habitação corrente na Época Moderna está a separação, nem sempre clara, entre espaços habitacionais

³³ Esta realidade que contrasta com a existente noutras cidades do país mesmo em cronologias mais avançadas, pode dever-se a uma menor pressão imobiliária. Em Lisboa, por exemplo, surgem no mesmo período, casas de artesãos com apenas uma divisão (MADUREIRA, 1992: 141).

³⁴ «No primeiro sobrado tem a sala onde estão tem hua quasa que ao presente serve de quozinha e pera diante outra aonde dormem» (ADV – *Fundo do Cabido*, prazos, lv. 435/12, fls. 112 a 113v).

e estruturas anexas. Os logradouros, situados na parte posterior dos lotes, eram frequentemente ocupados por construções de apoio que retiravam do interior da habitação um sem número de tarefas do quotidiano.

Inserem-se nesta categoria as estruturas destinadas à criação de animais, sempre que possível remetidas para as traseiras do lote. A criação de animais (porcos, aves) praticada no interior dos lotes urbanos revelava-se particularmente importante para a economia doméstica, não só satisfazendo as próprias necessidades de consumo, mas servindo igualmente de forma de pagamento como no caso dos foros no caso de propriedades emprazadas do Cabido.

Para além das construções supra indicadas, os quintais eram povoados por muitas outras edificações de apoio de função mais ou menos específica, entre elas destaca-se o forno, que podia ser totalmente isento ou com boca aberta para dentro da habitação e o palheiro. Existiam ainda outras construções, normalmente de um só piso, que na sua maioria deviam ter funções de armazenagem e transformação, embora as suas funções não surjam indicadas na documentação.

Por vezes estes logradouros possuíam ainda poços, evitando assim a saída das mulheres para o exterior para se abastecerem de água nas fontes públicas e facilitando as tarefas diárias. Foram contabilizados, no período em análise, catorze poços particulares na cidade de Viseu.

Estes quintais no miolo dos quarteirões conferiam à cidade uma imagem dupla, carácter compacto da construção ao nível da rua e espaço livre e ruralizado no interior dos lotes. Estes espaços verdes contribuía, no entanto, grandemente para aumentar a salubridade da vida nas cidades fornecendo espaço para despejos e para um sem número de atividades de lazer e trabalho do dia-a-dia e, em época de fome ou peste, representavam uma importante reserva alimentar intramuros. Omnipresentes no período medieval estes espaços vazios na parte posterior do lote vão persistir ao longo de toda a Época Moderna chegando nalguns casos até aos nossos dias.

Entender a casa é assim entender o Homem, a família, a profissão. A Habitação é o reflexo das atividades quotidianas mais do que das extraordinárias, do esforço individual ou familiar e não do poder político ou religioso, mas talvez por isso reveste-se de uma riqueza histórica e cultural de que as grandes construções programáticas estão isentas.

FONTES

Arquivo Distrital de Viseu

ADV – *Fundo do Cabido, prazos*, lv. 434/11, lv. 435/12, lv. 436/13, lv. 437/14, lv. 438/15, lv. 439/16, lv. 440/17, lv. 441/47, lv. 442/18, lv. 446/703, lv. 443/19, lv. 449/722, lv. 448/708, lv. 447/704, lv. 445/702, lv. 444/700, lv. 452/714, lv. 451/705, lv. 450/701, lv. 453/706, lv. 461/20, lv. 460/718, lv. 459/716, lv. 458/712, lv. 457/71, lv. 456/710, lv. 455/709, lv. 454/707, lv. 463/715, lv. 462/713, lv. 464/717, lv. 465/21, lv. 466/727, lv. 467/22, lv. 468/23, lv. 469/24, lv. 470/25, lv. 471/26, lv. 472/27, lv. 473/28, lv. 474/29, lv. 475/30, lv. 476/31, lv. 477/48, lv. 478/32, lv. 479/49, lv. 480/33, lv. 481/34, lv. 482/35, lv. 483/36, lv. 484/37, lv. 485/38, lv. 486/39, lv. 487/40, lv. 488/41, lv. 489/42, lv. 490/43, lv. 492/68, lv. 491/50.

BLUTEAU, Rafael (1712-1728) – *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesu.

LIVRO das Posturas Antigas. Ed. Maria Teresa de Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal, 1974.

ORDENAÇÕES e leys do Reyno de Portugal confirmadas e estabelecidas pelo Senhor Rey D. João IV e agora impressa por mandado do muyto alto, e poderoso Rey D. João V. Lisboa Oriental: No Real Mosteiro de São Vicente dos Cónegos Regulares de S. Agustinho, 1727.

NEGREIROS, José Manoel de Carvalho e – *Aditamento ao livro intitulado Jornada pelo Tejo que foi ofo a S A Real o Príncipe Nosso Senhor que Deus guarde em o anno de 1792-1797*. Acessível na Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. Códice. 3758-62, fls. 90 a 94.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Ferrão (2000) – *A Rua das Flores no séc. XVI: Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (2001) – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*. Lisboa: Edições Inapa.

____ (2005) – *Ensaio sobre a arquitetura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro*. «Revista do Departamento de ciências e Técnicas do Património da FLUP», I série, vol IV. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ANDRADE, Amélia Aguiar (1990) – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte.

- AZEVEDO, Carlos de (1988) - *Solares portugueses. Introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha (1981) – *Santarém quinhentista*. Lisboa: [s. n.].
- CARITA, Hélder (1999) – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495–1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CARITA, Hélder; CARDOSO, António Homem [D.L. 1983] – *Oriente e Ocidente nos Interiores de Portugal*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- CASTELO-BRANCO, Fernando (1979) – *Subsídios para o estudo da casa portuguesa – o uso de vidraças nos séculos XVI e XVII*. «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes», n.º 1. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- CASTILHO, Liliana Andrade de Matos e (2009) – *Geografia do quotidiano: a cidade de Viseu no século XVI*. Viseu: Projecto Património/Arqueohoje.
- ____ (2012) – *A cidade de Viseu nos séculos XVII e XVIII: arquitetura e urbanismo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos (1984) – *Prazos do Século e Prazos de Deus: os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV*. «Revista da Faculdade de Letras do Porto», II série, vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERNANDES, António Jorge Inácio (2006) – *A rua dos Cónegos: um espaço sócio-arquitectónico no Porto setecentista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- MADUREIRA, Nuno Luís (1992) – *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- OLIVAL, Fernanda (2010) – *Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios*. In MATOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*. [Lisboa]: Temas e Debates.
- RODRIGUES, Luís Alexandre (1995) – *Bragança no século XVIII: Urbanismo. Arquitectura*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- ROSSA, Walter (1995) – *A cidade Portuguesa*. In PEREIRA, Paulo, dir. – *História da Arte Portuguesa*. [Lisboa]: Círculo de Leitores.
- ROSSI, Aldo (1977) - *A arquitectura da cidade*. Lisboa: Cosmos.
- SARTI, Raffaella (2001) – *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SILVA, António Delgado da (1829) – *Collecção da legislação portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações (1763/1764)*. Lisboa: Na Tipografia Maigrense.
- TEIXEIRA, C. Teixeira; VALLA, Margarida (1999) – *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Lisboa: Horizonte.

TRINDADE, Luísa (2002) – *A casa corrente em Coimbra: dos finais da idade média aos inícios da época moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.